

NILZO IVO LADWIG
JULIANA DEBIASI MENEGASSO
(Organizadores)

ÁREAS PROTEGIDAS E TURISMO

Atena
Editora
Ano 2022



NILZO IVO LADWIG
JULIANA DEBIASI MENEGASSO
(Organizadores)

ÁREAS PROTEGIDAS E TURISMO

Atena
Editora
Ano 2022



Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

Léo Matei Baschiroto

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-Não-Derivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^ª Dr^ª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^ª Dr^ª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^ª Dr^ª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^ª Dr^ª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^ª Dr^ª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^ª Dr^ª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^ª Dr^ª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^ª Dr^ª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^ª Dr^ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^ª Dr^ª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadores: Nilzo Ivo Ladwig
Juliana Debiasi Menegasso

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A678 Áreas protegidas e turismo / Organizadores Nilzo Ivo Ladwig, Juliana Debiasi Menegasso. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0313-5

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.135221307>

1. Proteção ambiental. 2. Turismo. I. Ladwig, Nilzo Ivo (Organizador). II. Menegasso, Juliana Debiasi (Organizadora). III. Título.

CDD 333.714

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br



DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



PREFÁCIO

Natureza e sociedade; áreas protegidas e seus valores

Por que precisamos da natureza?

Pelo paradigma dos parques nacionais, desde aproximadamente há um século e meio, a visitação era praticamente tão importante quanto a conservação. Era a sociedade que se urbanizava e sentia falta da interação com a natureza. No início desse modelo, embora se apreciasse a importância e a riqueza da fauna e da flora, não estava estabelecido o uso do conceito de biodiversidade. A paisagem, cênica, era um indicativo fundamental da importância da área a ser conservada. Ainda mais que, por trás do conceito de parques nacionais, vinham os interesses de demarcação e domínio, particularmente nos países das 'novas Europas', em consolidação territorial.

Hoje entendemos que há múltiplos benefícios oferecidos pela natureza conservada, como mostrado pela organização conceitual dos serviços dos ecossistemas, pela Avaliação do Milênio sobre Ecossistemas (no início deste século), e pelo conceito atual de soluções baseadas na natureza. Ainda que com fortes relações com os esforços para minimização e enfrentamento às mudanças climáticas, essas soluções são aplicáveis muito mais amplamente. E geralmente são mais apropriadas do que aquelas somente baseadas em obras, engenharia e tecnologias distantes dos processos ecológicos. As soluções baseadas na natureza tendem a ser mais adaptáveis, eficazes, baratas e podem oferecer resultados mais rápidos.

A biodiversidade e os processos ecológicos, em suas concepções mais atuais, se agregam a vários outros valores da natureza conservada, como proteção de águas, paisagens, reservas de recursos naturais e uma gama de valores culturais. De fato, se a degradação da natureza é produto dos modelos de desenvolvimento adotados pela humanidade, parece claro que houve uma ruptura conceitual, mais marcante, entre natureza e sociedade, pela Revolução Industrial. Com isso, tendemos a dissociar elementos que são intrinsecamente associados e adotamos a perspectiva equivocada de que a tecnologia humana poderia resolver qualquer problema, sozinha.

Cada vez fica mais claro que a natureza conservada é fundamental para o bem-estar humano (psicológico e físico, se for possível separar). Desde as paisagens mais agradáveis, a promoção da 'respiração' das cidades e o estímulo a atividades ao ar livre e à socialização, até a pesquisa, o conhecimento e a educação, o lazer e as funções de minimização de danos de desastres (que alguns ainda chamam de 'naturais'), passando pelo uso sustentável por comunidades tradicionais, entre tantas outras razões.

Mas não devemos desconsiderar os valores culturais, inclusive místicos. Ainda que existam passagens sobre o domínio da humanidade sobre a natureza, nos conceitos,

nos textos ou na tradição oral de crenças e religiões, em praticamente todas elas existem também a relação entre elementos naturais e divindades e a responsabilidade de cuidar da natureza, por muitos considerada 'obra de deus'. As histórias dos lugares (locais com relações culturais e eventualmente emocionais) estão impregnadas de valores culturais dos elementos naturais. O próprio conceito de paisagem, em muitas perspectivas, implica na relação entre pessoas e o meio.

Essas relações voltaram a aflorar com o novo paradigma das áreas protegidas, declarado como reconhecido ao redor de 2003, e a recuperação da história das áreas protegidas prévia ao modelo dos parques nacionais. A própria ciência e os esforços de conservação são produtos da matriz cultural de cada uma das sociedades (ou 'civilizações', segundo alguns).

Isso sem mencionar as perspectivas que reconhecem os direitos da própria natureza. É interessante observar, pelo indicador das recentes constituições nacionais (documentos legais maiores) de países da América do Sul (Brasil, Colômbia, Equador, Bolívia e agora o processo no Chile), como a relação com a natureza vem ganhando melhor espaço, em associação com a melhoria do reconhecimento de direitos sociais, inclusive ao 'bem-viver'.

Por que precisamos das áreas protegidas?

Se a destruição da natureza é fruto de processos sociais, igualmente o são os esforços para a sua conservação. Ainda que possamos concordar com a dificuldade de entender ou aceitar uma sociedade que precisa 'cercar' (ou delimitar) uma área natural para protegê-la de si mesma, devemos admitir que, num mundo em geral não sustentável, as áreas protegidas (no seu conceito internacional, similar à definição legal de unidades de conservação no Brasil) tem funções fundamentais. Elas são o principal mecanismo já inventado pela humanidade para a conservação da natureza e sua biodiversidade, incluindo valores culturais associados. Mas, como ficou claro no modelo dos parques nacionais, são também um dos melhores instrumentos para permitir ou promover o acesso da sociedade aos benefícios da natureza conservada.

Com a evolução dos conceitos e das práticas associados à governança e à gestão das áreas protegidas, as possibilidades e propósitos da sua visitação se ampliaram e se diversificaram. Nessas relações entre sociedade e natureza, viabilizada pelas áreas protegidas, os motivos e interesses são múltiplos. A própria sociedade é cada vez melhor reconhecida nas suas diversidades. E cada lugar, cada área protegida, deve ter uma visitação associada às suas condições e particularidades.

Como em todas as atividades humanas, o turismo pode trazer benefícios, mas traz também riscos potenciais. Uma das vantagens claras das áreas protegidas é promover o desenvolvimento local ou regional, sobretudo considerando os potenciais do turismo. Não obstante, se a visitação atual nas áreas protegidas deve considerar a multiplicidade de interesses e a diversidade de oportunidades, o turismo deve ter fortes relações com

os lugares. O desenvolvimento a partir do turismo de natureza deve ser sustentável e particularizado. Cada visita deve propiciar experiências diferentes, talvez complementares, eventualmente progressivas, mas específicas. É a associação entre natureza e história e valores culturais. Promover o desenvolvimento a partir das características da sociedade local e respeitar os direitos dos povos e comunidades tradicionais.

Hoje se reconhece melhor a diversidade própria das unidades de conservação, assim como outros tipos de áreas protegidas e conservadas. A própria Convenção sobre a Diversidade Biológica estimula considerar a importância e a integrar outros mecanismos espaciais eficazes de conservação (ou áreas conservadas) em sistemas, articulados com os sistemas de unidades de conservação. Praticamente em todas as categorias de gestão (principalmente em relação a conjuntos de objetivos) e tipos de governança (principalmente em relação ao protagonismo de diferentes atores sociais) de unidades de conservação podem receber visitação, ainda que cada um com características e limitações próprias. O mesmo potencialmente ocorre com outros tipos de áreas protegidas e conservadas.

O conceito de território é diversificado segundo as disciplinas, mas traz em si algo de domínio sobre um espaço e seus elementos. A própria Constituição Brasileira de 1988 determina a definição de espaços territoriais especialmente protegidos em todas as unidades da federação e define a defesa do meio ambiente ecologicamente equilibrado como responsabilidade do poder público e da sociedade. (Ou seja, não o define com características discricionárias, mas como um 'poder-dever' de todos, inclusive de todas as instâncias governamentais, nos três poderes, nos três níveis, na medida da defesa da qualidade ambiental.) Com os tipos de governança de áreas protegidas e conservadas e com o melhor reconhecimento dos direitos dos povos indígenas e comunidades tradicionais, temos o fortalecimento do seu direito aos seus territórios.

Assim, áreas protegidas, paisagens, territórios e bem-estar estão intrinsicamente relacionados.

Que desafios se nos apresentam?

Se o direito à qualidade ambiental, à natureza conservada e ao acesso aos seus benefícios são direitos cada vez mais fortemente reconhecidos como de todos, parte dos direitos humanos fundamentais, e se muitos reconhecem os direitos da própria natureza, cabe à governança e à gestão das áreas protegidas, sobretudo em seus sistemas e outros conjuntos, promover a sua adequada distribuição, servir para promover a equidade, contribuir para a redução das desigualdades de todos os tipos.

Se é fundamental para a biodiversidade e para a minimização das mudanças climáticas, entre outras razões, a manutenção de grandes áreas conservadas, bem conectadas e integradas em suas (sub)regiões, é cada vez mais importante, para uma parcela cada vez maior da sociedade, a presença de diferentes tipos de áreas protegidas em cidades, em zonas periurbanas ou próximo a elas. Destacam-se funções de lazer, de

qualidade da vida urbana, da promoção da saúde e do bem-estar e do enfrentamento às mudanças climáticas.

Precisamos de verdadeiros sistemas e subsistemas de unidades de conservação, efetivamente funcionais (como queremos ter para a saúde, para a educação, para os transportes etc.) e seu relacionamento com outros tipos de áreas protegidas e conservadas. As categorias de gestão e os tipos de governança de áreas protegidas devem ser entendidos como complementares, com resultados alcançados por sua sinergia. A boa governança, a equidade com distribuição local de benefícios, as equipes especializadas e dedicadas e os recursos econômicos regulares são indispensáveis para uma boa gestão dos conjuntos de áreas protegidas.

Um dos principais equívocos na gestão das áreas protegidas é promover o afastamento, a desconexão da sociedade. Todas as soluções, desde o bem-estar humano até a eficácia dos sistemas de áreas protegidas, dependem da reconexão da sociedade com a natureza e sua valorização. Precisamos de uma conservação colaborativa.

PAISAGEM E TERRITÓRIO EM ÁREAS PROTEGIDAS E NO TURISMO

A compreensão do contexto dos nossos parques nacionais, os conflitos gerados pela conservação, que podem normais ou exacerbados pela má governança, mas que devem ser considerados na gestão, a relação das áreas protegidas com seu entorno, a diversidade de elementos de interesse, a percepção da sociedade sobre os elementos naturais, as prioridades de conservação, os conhecimentos tradicionais, as relações entre áreas protegidas e pesquisa, conhecimento e educação e áreas urbanas, os potenciais e riscos econômicos e culturais do turismo são frentes muito importantes na necessidade da boa gestão e da boa governança de cada unidade de conservação e dos sistemas de áreas protegidas e conservadas.

O magnífico livro preparado por Ladwig e Menegasso traz elementos fundamentais, tanto de entendimento da realidade que temos, estudando sua história, a percepção da sociedade, como projeção de necessidades, diretrizes e possibilidades futuras.

Boa leitura! Bom proveito! Boas ações!

Cláudio C. Maretti¹

¹ Pesquisador, pós-doutorando sobre conservação colaborativa e áreas protegidas, na Geografia da USP, consultor e voluntário. Ex-dirigente de sistemas de áreas protegidas, coordenador do congresso latino-americano de 2019 (III CapLac), membro do Comitê de Especialistas da Lista Verde de Áreas Protegidas e Conservadas para o Brasil e da Comissão Mundial de Áreas Protegidas da UICN.

APRESENTAÇÃO

O livro que apresentamos à comunidade acadêmica é resultante do XII Seminário de Pesquisa em Planejamento e Gestão Territorial (SPPGT), que ocorreu em 2021, de forma remota, em função da pandemia COVID-19. O evento é organizado anualmente pelo Laboratório de Planejamento e Gestão Territorial (LabPGT) e pelo Laboratório de Arqueologia Pedro Ignácio Schmitz (LAPIS).

A edição de 2021 teve como temática Paisagem e Território, termos que são normalmente aceitos como um caminho na promoção do desenvolvimento sustentável em diferentes escalas de planejamento, do local ao regional.

O XII SPPGT foi organizado em formato de Grupos de Trabalhos (GTs), sendo que os GTs de Paisagem e Território em Áreas Protegidas e Paisagem e Território no Turismo, promoveram discussões considerando, áreas protegidas como um conjunto mais amplo de espaços geográficos protegidos que abrangem as unidades de conservação, área de preservação permanentes, reservas legais, territórios indígenas e quilombolas e os Geoparques Mundiais da Unesco, suas relações com o turismo, uma vez que a paisagem assume papel central na atração de turistas, sendo importante no planejamento e na gestão territorial.

A socialização dos resultados do Seminário é peça fundamental na construção de uma ponte entre as universidades, os pesquisadores e a comunidade. O evento continua mantendo a proposta inicial desde a primeira edição do SPPGT, em 2010, que sempre foi a de trabalhar interdisciplinarmente, buscando sua consolidação e o reconhecimento nacional, e recebendo participantes, apresentadores e palestrantes de diversas áreas científicas e regiões do País. Fruto disso, foi o apoio da Capes e da Fapesc, juntamente com outros apoiadores, mostrando um caminho de excelência em pesquisa. O livro está dividido em 14 capítulos, o capítulo de abertura traz a evolução conceitual dos parques nacionais brasileiros.

O livro segue abordando os conflitos socioambientais em áreas protegidas, a evolução conceitual na legislação das zonas de amortecimento, as ameaças ao geopatrimônio decorrentes do uso inadequado de geoparques, impactos socioeconômicos gerados pelo turismo no entorno de parques, a necessidade de políticas públicas voltadas para o turismo, a importância do mapeamento das paisagens turísticas e a da educação turística.

Nosso singelo agradecimento a todos e todas que estão desde o início nessa empreitada, bem como àqueles que vêm se incorporando ao nosso projeto de debate e divulgação científica. Vale destacar também a grata participação da Capes e da Fapesc, o fomento disponibilizado por ambas foi importante para a qualificação do evento. Nossos cordiais agradecimentos aos apoiadores institucionais, às empresas, às pessoas e às

entidades, pois, destes dependemos para a correta harmonia entre o planejamento e a execução do seminário e desta publicação.

Uma boa leitura e até a próxima publicação!

Nilzo Ivo Ladwig
Juliana Debiasi Menegasso

SUMÁRIO

PARTE I - PAISAGEM E TERRITÓRIO EM ÁREAS PROTEGIDAS

CAPÍTULO 1..... 1

EVOLUÇÃO CONCEITUAL DOS PARQUES NACIONAIS BRASILEIROS

Flávia Alves Moreira

Carolina Ribeiro Gomes

Wanderley Jorge Silveira Júnior

Geraldo Majela Moraes Salvio

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1352213071>

CAPÍTULO 2..... 20

CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS EM ÁREAS PROTEGIDAS: O ESTUDO DE CASO DE QUATRO PARQUES NACIONAIS EM MINAS GERAIS-BRASIL


Flávia de Araújo Neri

Wanderley Jorge da Silveira Junior

Cléber Rodrigo de Souza

Alessandra Rezende Pereira

Natália Oliveira Dias

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1352213072>

CAPÍTULO 3..... 35

ZONA DE AMORTECIMENTO EM ÁREA NATURAL PROTEGIDA: EVOLUÇÃO CONCEITUAL NA LEGISLAÇÃO DE MINAS GERAIS E DO BRASIL

Sther do Carmo Haramoto

José Emilio Zanzirolani de Oliveira

Geraldo Majela Moraes Salvio

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1352213073>


CAPÍTULO 4..... 49

AMEAÇAS AO GEOPATRIMÔNIO DO GEOPARQUE CAMINHOS DOS CÂNIOS DO SUL (RS/SC)

Marina Tamaki de Oliveira Sugiyama

Maria Carolina Villaça Gomes

Jairo Valdati


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1352213074>

CAPÍTULO 5..... 68

A SUBJETIVAÇÃO E O ESVAZIAMENTO DE SIGNIFICADO DOS ESPAÇOS NATURAIS NA HIPERMODERNIDADE DISTÓPICA: O PARADOXO DA FLORESTA NACIONAL DE CANELA

Demétrio Ribeiro de Andrade Neto


Márcia Santos Ramos Berreta

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1352213075>

CAPÍTULO 6..... 87

ÁREAS PRIORITÁRIAS PARA CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE NO MUNICÍPIO DE PESCARIA BRAVA, SANTA CATARINA, BRASIL


Nícolas Firmiano Flores
Marcelo Dutra de Farias
Fátima Elizabeti Marcomin
Rodrigo Rodrigues de Freitas

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1352213076>

CAPÍTULO 7..... 105

CONHECIMENTO TRADICIONAL DE RAIZEIROS E USO DE PLANTAS MEDICINAIS NO ENTORNO DE ÁREAS PROTEGIDAS: UM ESTUDO DE CASO DA SERRA DE SÃO JOSÉ, MINAS GERAIS

Geovana Fernanda Joana
Wanderley Jorge da Silveira Junior
Thallita Mayra Soares Fernandes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1352213077>

CAPÍTULO 8..... 121

A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E A IMPLEMENTAÇÃO DO PARQUE NATURAL MUNICIPAL DO CUIÁ NA CIDADE DE JOÃO PESSOA-PB


Felipe Salles Pinto
Gabriel Souza de Lira
Henrique Elias Pessoa Gutierrez
Joel Silva dos Santos
Lucas Gabriel Feitosa Dantas
Virginia Maria Magliano de Moraes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1352213078>

CAPÍTULO 9..... 131

A UNIDADE DE CONSERVAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE POLÍTICA URBANA E AMBIENTAL EM CAMPINAS, SÃO PAULO: DESAFIOS E POTENCIALIDADES

Ricardo Silveira Orlando


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1352213079>





PARTE II - PAISAGEM E TERRITÓRIO NO TURISMO

CAPÍTULO 10..... 147

IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS GERADOS PELO TURISMO: UM ESTUDO DE CASO NO ENTORNO DO PARQUE DE IBITIPOCA

Monah Rhemann Baeta
Thallita Mayra Soares Fernandes
Flávia Alves Moreira
Geraldo Majela Moraes Salvio
Wanderley Jorge da Silveira Junior

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.13522130710>

CAPÍTULO 11	162
POLÍTICAS PÚBLICAS DO TURISMO NO CONTEXTO DO NEOLIBERALISMO: AS ESFERAS FEDERAL, ESTADUAL E O MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA-SC	
Egar Preis Junior	
João Henrique Zanelatto	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.13522130711	
CAPÍTULO 12	177
CICLOTURISMO E PAISAGEM A PARTIR DO MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA (SANTA CATARINA, BRASIL)	
Karina Martins da Cruz	
Caroline da Graça Jacques Paulino	
Dimas de Oliveira Estevam	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.13522130712	
CAPÍTULO 13	190
MAPEAMENTO DAS PAISAGENS COM POTENCIAL TURÍSTICO NO MUNICÍPIO DE CATALÃO – GOIÁS - BRASIL	
Alfredo Arantes Guimarães Silveira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.13522130713	
CAPÍTULO 14	206
EDUCAÇÃO TURÍSTICA: A PAISAGEM NO SABER-FAZER TURÍSTICO	
Alison Sapienza de Oliveira Valadão	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.13522130714	
SOBRE OS ORGANIZADORES	218

EDUCAÇÃO TURÍSTICA: A PAISAGEM NO SABER-FAZER TURÍSTICO

Data de aceite: 02/05/2022

Alison Sapienza de Oliveira Valadão

Graduado em Turismo pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Mestrando do Programa de Pós Graduação em Turismo da Universidade Federal Fluminense (PPGTUR-UFF). Membro do Grupo de Pesquisa Turismo, Cultura e Sociedade - T-Cult e do Laboratório de Pesquisa, Produção e Análise da Imagem (L'Image)
<http://lattes.cnpq.br/8475907078111774>

RESUMO: É consenso no âmbito acadêmico e em outros contextos, a posição do turismo no mundo contemporâneo, visto como uma das mais importantes atividades econômicas na dinâmica atual do capitalismo. Nesse sentido, a noção de turismo na academia, nos órgãos de planejamento público e nas ações de empresas privadas advém de uma sociedade essencialmente capitalista e industrial, em todos os aspectos da vida se tornam mercadoria. Posto isso, para o desenvolvimento de um turismo que contemple os aspectos sociais, para além dos aspectos mercantis e economicistas, é necessário olhar o turismo como um fenômeno, inserindo a educação na construção e desenvolvimento de um turismo consciente e sustentável. O turismo nesse contexto, é produzido e construído por diversos aspectos e, dentre esses, encontra-se a paisagem. A paisagem exerce grande influência na configuração do espaço turístico. No bojo dessa questão, encontra-se a educação como fonte fundamental para um desenvolvimento

sustentável do turismo em todos os níveis – ambiental, econômico e sociocultural. Nessa conjectura, o objetivo desse artigo sob a forma de ensaio é refletir a relação entre turismo e educação e a paisagem como interseção, de modo a propor uma reflexão crítica da paisagem por meio da educação. Optou-se pela pesquisa bibliográfica, adotando critérios que delimitaram o universo de estudo definidos pelo parâmetro temático de obras relacionadas ao objeto de estudo.

PALAVRAS-CHAVE: Turismo; Educação; Paisagem.

INTRODUÇÃO

A bibliografia internacional expressa uma posição de consenso em relação ao lugar do turismo no mundo contemporâneo, sendo visto como importante atividade econômica na dinâmica atual do capitalismo (RODRIGUES, 2015), bem como um influente agente de transformações sociais e espaciais (OURIQUES, 2007).

Nesse sentido, a noção de turismo que se tem na academia, nos órgãos de planejamento público e nas ações de empresas privadas advém de uma sociedade essencialmente capitalista e industrial, em que todos os aspectos da vida se tornam mercadoria, inclusive a cultura e o lazer, dimensões nas quais opera, principalmente, o turismo (ARAÚJO; GODOY, 2016).

É necessário, portanto, olhar o turismo como um fenômeno não reduzido apenas à sua

importância econômica, pois o fenômeno turístico “surge em uma história da sociedade humana enquanto prática social” (MOESCH, 2002, p.30). Desse modo, o turismo, como um fenômeno essencialmente sociocultural, deve ter seu planejamento pautado nos valores experienciais, imateriais, simbólicos, de modo a contribuir para que o viajante adquira conhecimentos sobre a cultura visitada, por meio do próprio cotidiano dos destinos visitados (ARAÚJO; GODOY, 2016). Partindo do pressuposto do turismo enquanto um fenômeno social que não considera apenas a participação dos turistas, acrescenta-se a essa perspectiva, a comunidade local e todos os agentes envolvidos, visto que em regiões turísticas, os autóctones são geralmente excluídos dos processos de planejamento e gestão, bem como dos benefícios trazidos, sendo muitas vezes, apenas explorados (OURIQUES, 2007).

Levando em conta essas acepções, para haver o desenvolvimento de um turismo que esteja além dos aspectos mercantis e economicistas, é necessário que se contemple, também, os aspectos sociais, dando importância na formação e fortalecimento da cultura e da identidade de um local. Para que isso ocorra, é necessário olhar o turismo como um fenômeno, de modo a inserir e entender o papel e a importância da educação como fundamental na construção e desenvolvimento de um turismo que traga benefícios para a população local, bem como o (re)conhecimento desse local pelos seus visitantes, incluindo a cultura, o patrimônio material e imaterial e todos os outros elementos que formam esse local.

Dentre os elementos que formam o local, encontra-se a paisagem. O turismo é entendido como uma experiência geográfica particular do lugar, de modo em que a paisagem é um elemento imprescindível. Assim, a paisagem se constitui como um dos muitos recursos da atividade turística, podendo atingir o estatuto de atração e/ou produto turístico (MARUJO; SANTOS, 2012). Portanto, compreende-se aqui o como um dos maiores produtores e consumidores da paisagem, elementos fundamentais de exploração da atividade turística.

Nesse íterim, está o papel da educação. A maneira em que o espaço é consumido para o turismo “se impõe em relação à produção, devido ao estágio avançado do capitalismo, marcado acentadamente, na contemporaneidade, pela emergência da sociedade do consumo” (PAIVA, 2013, p.131). Logo, o turismo inserido nessa lógica irá criar e produzir novos modos de produção do espaço que funcionam como estratégias mercadológicas criadas no intuito de atender as novas formas de consumo, que se darão principalmente por meio da paisagem. Levando em conta que a educação exerce forte influência nas transformações da sociedade, é importante e fundamental o seu papel no saber-fazer turístico, pois reforça a capacidade crítica do indivíduo e atesta o grau de desenvolvimento de uma sociedade (DIAS; PINTO, 2019), principalmente no desenvolvimento de um turismo que seja consciente, ou seja, que não esteja alheio aos aspectos socioambientais e socioculturais do local.

Ao considerar a paisagem na concepção de Santos (2002) como o “[...] conjunto de elementos naturais e artificiais que fisicamente caracterizam uma área” (p.103), é possível inferir que a mesma exerce grande influência na configuração e produção do espaço turístico. A partir disso, coloca-se o papel da educação como uma fonte imprescindível na promoção de um saber-fazer turístico que seja consciente e sustentável, ou seja, que contribua com o desenvolvimento, não apenas econômico, mas também social e cultural da comunidade local e dos turistas. Portanto, tem-se por objetivo neste ensaio refletir a relação entre turismo e educação tendo a paisagem como interseção entre estes, conforme representado na figura 1. Desse modo, enseja-se uma reflexão crítica da paisagem, por meio de uma educação turística. Em outras palavras, pretende-se investigar as relações existentes entre a educação e turismo no que diz respeito à educação como principal ferramenta para compreender de forma crítica a paisagem que, por sua vez, é um dos elementos fundamentais na produção do turismo.

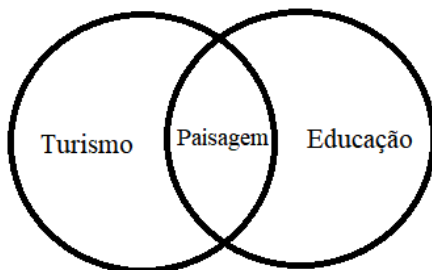


Figura 1: A confluência entre o Turismo e Educação

Fonte: Elaborada pelo autor

A RELAÇÃO TURISMO E EDUCAÇÃO: A EDUCAÇÃO TURÍSTICA E O SABER-FAZER TURÍSTICO

De acordo com Paulo Freire (1977), a educação é um ato de desenvolvimento humano, que permite ao indivíduo contribuir para o progresso da sociedade, por meio de uma participação responsável, consciente e possível a partir da vivência da humanidade e do acúmulo de experiências consigo e com o outro.

Entendendo o turismo como uma fonte para o desenvolvimento econômico e social, a sua relação com a educação está em incorporá-la como um meio fundamental para que esse avanço e progresso seja benéfico, tanto para a população local quanto para os turistas, em vista de diminuir os efeitos negativos gerados pela atividade turística.

Ao falar do papel da educação para reduzir os efeitos negativos do turismo, cabe mencionar que é possível perceber que, conforme abordado por Fonseca Filho (2007),

a literatura relacionada a educação turística ainda é bastante restrita e, nesse sentido, a educação para o turismo é discutida tendo como ponto central a preocupação com os efeitos do turismo sobre o ambiente, natural e sociocultural, bem como a economia. Portanto,

podemos afirmar que a relação entre o turismo e a educação é muito próxima, segundo Azevedo (1997), esta afirmação é comprovada se considerarmos a respeito desta relação fatores como a interdisciplinaridade que está presente nas duas áreas; por haver no turismo uma correlação entre o espaço, a cultura e a educação; pelo turismo apropriar-se da educação ambiental, servindo esta como uma prática passível de ser aplicada em áreas turísticas ou com potencial turístico; e pelo turismo ser uma atividade de constante aprendizagem (FONSECA FILHO, 2007, p.17).

A partir disso, é necessário que se pense o turismo e a educação como uma relação de saber-fazer turístico ou uma educação turística, uma educação para o turismo. De acordo com Freire (1996), o saber-fazer é entendido como sendo uma “crítica, implicante do pensar certo, envolve o movimento dinâmico, dialético, entre o fazer e o pensar sobre o fazer” (FREIRE, 1996, p. 22).

Nesse sentido, visto que o turismo pode ser caracterizado como um “processo essencialmente pedagógico” (AZEVEDO, 1997, p.147), o pensamento de Freire (1996) corrobora e é essencial para compreender, de forma crítica, os objetos que compõem o turismo. Com isso,

é pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática. O próprio discurso teórico, necessário à reflexão crítica, tem de ser tal modo concreto que quase se confunde com a prática. [...] Não é possível a assunção que o sujeito faz de si numa certa forma de estar sendo sem a disponibilidade para mudar. Para mudar e de cujo processo se faz necessariamente sujeito também (FREIRE, 1996, p.22).

Nesse âmbito, Fonseca Filho (2007), coloca os benefícios de uma educação turística, tanto para a população local, quanto para os turistas, de maneira em que ambos adquirem conhecimentos sobre a cidade, a geografia, a história, a cultura e o turismo local. Ainda para o autor, os objetivos dessa educação turística é colaborar na conscientização turística.

A paisagem é concebida como uma representação da condição humana e mudança do espaço ao longo do tempo, seja pelos elementos naturais ou pela ação do homem, edificadas e carregadas de informações, significados, atributos e dinamicidade que atraem expressivamente a motivação turística (OLIVEIRA, 2013). A partir disso, é possível deduzir que o papel da educação turística no processo de entendimento crítico da paisagem ainda é pouco explorado, tanto na literatura como no planejamento do turismo. Nesse sentido, é importante entender a paisagem como elemento primordial para a construção do espaço turístico e como a educação pode contribuir para uma visão ampliada e crítica de construção da mesma. Em vista de conceber a importância da educação no processo de conscientização da paisagem que, por sua vez, será utilizada para construção do turismo, se parte do pressuposto da paisagem como um ponto de inserção entre a educação e o

turismo.

ENTENDENDO O PAPEL DA PAISAGEM PARA O TURISMO

Lefebvre (1974) diz que a produção do espaço é a própria reprodução da vida. Seguindo essa lógica, o turismo produz o espaço geográfico por meio de sua prática social (CRUZ, 2002). De acordo com Santos (1979):

O espaço reproduz a totalidade através das transformações determinadas pela sociedade, modos de produção, distribuição da população, entre outras necessidades, desempenham funções evolutivas na formação econômica e social, influencia na sua construção e também é influenciado nas demais estruturas de modo que torna um componente fundamental da totalidade social e de seus movimentos (SANTOS, 1979, p.10).

Ao inferir que a paisagem é um dos elementos fundamentais de exploração, produção e consumo da atividade turística, coloca-se a perspectiva de Yázigi (2000) da paisagem como

indesvinculável de ideia de espaço, é constantemente refeita de acordo com os padrões locais de produção, da sociedade, da cultura, com os fatores geográficos e tem importante papel no direcionamento turístico. Não se trata de dizer que ela seja a única forma de atração, mas que pesa muito no contexto de outros fatores (meio de hospedagem, preços etc.). O turismo depende da visão. (YÁZIGI, 2000, p.123)

Posto isto, é necessário entender o conceito de paisagem e como este se relaciona com o turismo. Assim, a paisagem é compreendida como o conjunto de elementos sejam eles naturais e/ou artificiais que fisicamente caracterizam uma área (SANTOS, 2002), ou seja, “[...] tudo aquilo que nossa visão alcança é a paisagem. Esta pode ser definida como o domínio do visível, aquilo que a vista abarca. Não é formada apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons etc.” (SANTOS, 1988, p. 61).

Bertrand (2004), afirma que a paisagem não é simplesmente uma adição a diferentes elementos geográficos. Encontra-se numa determinada parte do espaço e é resultante da combinação dinâmica de elementos físicos, biológicos e humanos, pelo que é instável, de maneira que reagem dialeticamente entre si, tornando a paisagem um conjunto único e indivisível em evolução eterna (MONTEIRO, 2001).

O turismo é entendido como uma experiência geográfica particular do lugar, de modo em que a paisagem é um elemento imprescindível (MARUJO; SANTOS, 2012). Assim, a paisagem se constitui como um dos muitos recursos da atividade turística podendo, desse modo, atingir o estatuto de atração e/ou produto turístico. Dessa maneira, o turismo cria elementos para a construção de uma paisagem, entendida aqui na concepção de Santos (2002), no qual a paisagem é, também, um conjunto de elementos artificiais.

A partir disso, “[...] a paisagem como algo concreto refere-se à essência do recurso

turístico, mas é, sobretudo, a imagem dela que lhe confere um novo acréscimo de valorização por parte do turismo” (SILVEIRA, 2014, p. 68). Desse modo, a indústria do turismo usa, principalmente, o meio ambiente, cenários e paisagens como recursos valiosos. Com isso, diferentes dimensões de valor socialmente definidas e seus indicadores quantitativos e qualitativos são encontrados na relação paisagem-turismo (RAYEL, 2016).

Sendo determinadas pelas práticas capitalistas contemporâneas, questões como a imaginação, o olhar e o fazer turístico se apropriam, adaptam, produzem, reproduzem, bem como transformam e consomem as paisagens, afirmando-se em particularidades as localidades e cenários paisagísticos (RAYEL, 2016).

Nesse sentido, a paisagem se torna um dos principais objetos dos processos de urbanização dessa nova ordem denominada por Lipovetsky e Serroy (2015) de economia estética. Assim, no âmbito capitalista neoliberal, a estetização da paisagem é utilizada como novo meio de turistificação¹ e, conseqüentemente, produção do espaço para o turismo. Tal fenômeno, é aqui objeto de reflexão. Desse modo, a paisagem

nada tem de fixo, de imóvel. Cada vez que a sociedade passa por um processo de mudança, a economia, as relações sociais e políticas também mudam, em ritmos e intensidades variados. A mesma coisa acontece em relação ao espaço e à paisagem que se transforma para se adaptar às novas necessidades da sociedade. (SANTOS, 1997, p. 37).

Com isso, criam-se “políticas de estetização das cidades e de turistificação dos espaços públicos – que visam, principalmente, à atração de consumidores e ao desenvolvimento de destinos turísticos” (GODOY; LUNA, 2018, p. 4854), a criação de lugares apenas como produtos a serem consumidos por turistas. Com a finalidade de atender os anseios do turista ávido pelo incomum, políticas públicas criam e transformam lugares, ou seja, iniciativas que traduzem a cultura e o fenômeno turístico apenas em mercadoria (GODOY, 2016). Tal processo, gera o que se chama de “paisagismo cultural”, que seria uma espécie de turistificação da paisagem – que visa exclusivamente atrair turistas (GODOY, 2016).

As políticas de urbanização se voltam para o estético, em que a paisagem e a cidade são estetizadas com a finalidade de atender ao mercado, principalmente, do turismo. Com isso, “a urbanização vinculada ao turismo contribui para que a função, a forma e a estrutura das cidades contemporâneas estejam submetidas à lógica do consumo, incluindo o consumo do próprio espaço” (PAIVA, 2013, p.140). Nesse contexto, “O prazer estético também se torna produto, e o turismo se caracteriza como o consumo — que pode ser predatório — das paisagens, da cultura e da arte.” (GODOY; LUNA, 2018, p. 4855).

É importante compreender como as paisagens são concebidas e apropriadas pelo turismo, de modo em que esse fenômeno de estetização da paisagem acaba gerando

1 Turistificação é, de acordo com Almeida Filho (2014, p. 16) “o processo de implantação da infraestrutura turística em lugares com potencial turístico, ou seja, é a apropriação deste espaço, bem como a sua transformação, para atender aos interesses de pessoas de outras localidades que praticam o turismo”.

efeitos negativos, excluindo ou reduzindo culturas e identidades locais, no intuito de se tornarem vendáveis e consumidas pelo turismo.

A partir disso, coloca-se o papel da educação, tanto para conceber as paisagens quanto para entender como ela é construída e apropriada pelo turismo e quais os efeitos resultantes desses processos.

A EDUCAÇÃO TURÍSTICA DA PAISAGEM: REFLETIR CRITICAMENTE A PAISAGEM

O turismo como fenômeno socioespacial e sociocultural vem sendo abordado por diversas áreas do conhecimento que procuram compreender as suas dimensões, dentre elas: a atuação do fenômeno turístico no consumo e na transformação da paisagem dos lugares (NASCIMENTO; VIEGAS, 2020).

Os estudos da paisagem relacionada ao turismo não só enfatizam a forma pura e os aspectos claros da configuração de seus elementos, mas também destacam o valor simbólico inerente e o filtro cultural do processo cognitivo desencadeado por cada pessoa no processo de percepção, cognição e assimilação de lugares (OLIVEIRA, 2013). As paisagens

representam legados que testemunham dimensionamentos interpretativos e espaciotemporais, dos quais emergem as diferentes dinâmicas de épocas das sociedades, representadas, por exemplo, nos conjuntos paisagísticos histórico arquitetônicos, nas *landmarks* (marcas da paisagem), nas identidades territoriais, entre outros aspectos, tal como ocorre no contexto das atividades turísticas, que diferenciam os lugares traçando um perfil específico de funcionalidades, que contribui para a valoração e visibilidade das imagens dos atrativos turísticos (RAYEL, 2016, p.630).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais mencionam a importância dos estudos da paisagem e, nesse sentido, insere-se e desdobra essa relevância no âmbito e contexto de uma educação turística da paisagem. Segundo os PCNs (1997), conhecer uma paisagem é reconhecer seus elementos sociais, culturais e naturais e a interação existente entre eles; é também compreender como ela está em permanente processo de transformação e como contém múltiplos espaços e tempos.

Outro documento fundamental para a compreensão da paisagem é a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento de caráter normativo que define o conjunto de aprendizagens essenciais que os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica. No componente curricular de Geografia da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do Ensino Fundamental – anos finais, o estudo da paisagem encontra-se presente com o objetivo de conhecimento da identidade sociocultural, que visa comparar modificações das paisagens nos lugares de vivência e os usos desses lugares em diferentes tempos e na habilidade, bem como analisar as modificações de

paisagens por diferentes tipos de sociedade. Outro estudo da paisagem no BNCC tem como objetivo conhecer as transformações das paisagens naturais e antrópicas, de forma a identificar as características das paisagens transformadas pelo trabalho humano a partir do desenvolvimento da agropecuária e do processo de industrialização. (BRASIL, 2018).

Dessa maneira, sendo o turismo um fenômeno socioespacial contemporâneo que provoca diversas transformações, sobretudo no ordenamento dos espaços apropriados, é importante o papel da educação da paisagem em reduzir diversas consequências negativas geradas pelo não entendimento da importância que a paisagem tem para o turismo, dentre estas, a construção de paisagens artificiais destacadas dos valores, símbolos e mitos locais (FRATUCCI, 2014). O espaço é essencial para o turismo, de maneira em que “as práticas econômicas de produção, consumo e distribuição se verificam na transformação do espaço, que passa a ser produzido e consumido como mercadoria” (PAIVA, 2013, p.131). Com isso, a questão se volta para o papel e importância da educação em compreender de que forma se criam os elementos que irão construir a paisagem e, conseqüentemente, produzir e turistificar os espaços e quais são seus possíveis efeitos.

Conforme menciona Oliveira (2013), a carta da paisagem de Quebec, documento que estabelece diretrizes para a gestão dos recursos da paisagem, dá ênfase ao papel da educação nesse processo, a valorização da paisagem, o estímulo à divulgação do conhecimento e da informação sobre ela.

A importância da educação turística da paisagem se dá em evitar que ela converta-se em mercadoria que se constitui de estetizações que formam “estereótipos, no sentido de serem reformuladas com o objetivo de se tornarem simulacros de uma realidade” (BARRETO *et al.*, 2006, p.146). Nesse sentido, “essas transformações nas paisagens, intensificadas pela ação humana, em nenhum outro momento da história foram tão rápidas como nas últimas décadas” (OLIVEIRA, 2018, p. 289). Com isso, geram-se controvérsias e efeitos no âmbito sociocultural e socioespacial, de modo que,

rápidas transformações das paisagens, evidenciadas pelas dinâmicas do sistema capitalista em que vivemos, parecem transformar o tempo em algo passageiro, sem substância, superficial, sem aderência. A configuração das paisagens, por sua vez, é marcada pela mudança constante dos referenciais da vivência humana, tornando as coisas muito mais fáceis de serem esquecidas. (OLIVEIRA, 2018, p.289)

Com isso, as paisagens e as cidades tornam-se espetáculos a serem consumidos por turistas em que a realidade se apresenta como um “pseudo mundo à parte, objeto de mera contemplação” (DEBORD, 1997, p.13). Assim, o processo de estetização das paisagens ou por “paisagismos culturais” (GODOY, 2016), criam paisagens turísticas em que “há uma redução dos conceitos de identidade e cultura local em função da espetacularização do típico e do pitoresco, com o objetivo de proporcionar ao turista, que se apresenta neste dado momento sensível a representações” (BARRETO *et al.*, 2006, p.147).

A educação é base essencial de incentivo e desenvolvimento de qualquer sociedade e, conseqüentemente, de qualquer atividade. A partir dessa afirmação, os estudos das dimensões das paisagens ligados ao turismo poderão contribuir tanto com a educação em si, como vir a ser um diferencial na gestão do turismo, visando ao desenvolvimento sustentável da atividade nos diversos territórios ou destinos turísticos (OLIVEIRA, 2013). A percepção do ambiente que acontece, principalmente, por intermédio da paisagem, vivenciada e apreendida pela educação, tem a capacidade de contribuir para o desenvolvimento sustentável dos destinos turísticos (OLIVEIRA, 2013). Dessa maneira, evita-se a apropriação e exploração de forma inapropriada do turismo sobre as paisagens turísticas. Nessa linha de pensamento, para Fonseca Filho (2010):

educar para o turismo é uma necessidade para que o desenvolvimento da atividade turística não seja responsável pela extinção da mesma, pois sem planejamento para o progresso, o turismo pode ocorrer de modo que a constante presença humana venha a esgotar os recursos e atrativos turísticos, os quais compõem sua matéria prima (p.8)

Visto que a paisagem é um dos recursos mais importantes para a atividade turística, é necessário conscientizar e refletir criticamente sobre ela, de modo em que a conscientização implica em ultrapassar a apreensão da realidade, a fim de chegar a uma esfera crítica, na qual a realidade se dá como objeto cognoscível (FREIRE, 1980).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O turismo como reflexo do capitalismo contemporâneo pós-moderno e da sociedade de consumo, provoca mudanças de paradigmas nas formas de se apropriar do espaço. Dentre essas mudanças, destaca-se a paisagem. Portanto, definida pelas práticas sociais contemporâneas de lazer, “a imaginação, o olhar e o fazer turístico apropriam, adaptam, produzem, reproduzem, transformam e consomem as paisagens, afirmando-se em particularidades as localidades e cenários paisagísticos” (RAYEL, 2016, p. 632).

Tais mudanças de paradigmas provocam diversos efeitos na sociedade, tanto no âmbito social quanto no cultural. Com isso, o turismo utiliza-se dessas paisagens como novas formas de turistificar o espaço, em que a transformação da paisagem “passa a ser entendida como resultado da interação entre homem-meio, considerando-se o homem como construtor e transformador das paisagens” (OLIVEIRA, 2018, p.280). Destaca-se o que se chama de “paisagismo cultural” (GODOY, 2016), como fenômeno decorrente desses processos de apropriação do espaço, que seria uma espécie de turistificação da paisagem – que visa exclusivamente atrair turistas. Com isso, as paisagens e as cidades tornam-se espetáculo a serem consumidos, gerando controvérsias no âmbito sociocultural e socioespacial, de modo que a configuração das paisagens forma “estereótipos, no sentido de serem reformuladas com o objetivo de se tornarem simulacros de uma realidade” (BARRETO *et al.*, 2006, p.146) e fique marcada pela mudança constante dos referenciais da

vivência humana, tornando as coisas muito mais fáceis de serem esquecidas (OLIVEIRA, 2018, p.289). A partir disso, “há uma redução dos conceitos de identidade e cultura local em função da espetacularização do típico e do pitoresco” (BARRETO *et al.*, 2006, p.147).

Desse modo, em vista de um desenvolvimento sustentável do turismo, em seus pilares econômicos, ambientais e socioculturais, este ensaio objetivou refletir e trazer o papel da educação no saber-fazer turístico, adotando como pressuposto a paisagem como ponto de inserção entre o turismo e a educação, em outras palavras, a proposta foi de refletir criticamente a paisagem, por meio da educação. Desse modo, entende-se que a educação, em seu princípio freiriano (FREIRE, 1977) é um ato de desenvolvimento humano, que permite ao indivíduo contribuir para o progresso da sociedade, por meio de uma participação responsável, consciente e possível da vivência da humanidade e do acúmulo de experiências consigo e com o outro.

A educação é base essencial de incentivo e desenvolvimento de qualquer sociedade e, conseqüentemente, de qualquer atividade. Portanto, visto que a paisagem ainda é pouco explorada de forma crítica, especialmente, pelo turismo, o ensaio procurou colocar o papel da educação no processo de um entendimento mais amplo e crítico da construção da paisagem. Nesse sentido, propõem-se algumas questões futuras: de que forma seria possível tornar acessível e provocativo o conteúdo acerca da paisagem no turismo, tanto para estudantes de Turismo quanto, por exemplo, para estudantes de Geografia da Educação Básica? Como desenvolver metodologicamente um estudo do meio para estimular reflexões?

REFERÊNCIAS

ALMEIDA FILHO, P. G. de.. “Aqui se faz Gostoso”: uma etnografia do turismo em São Miguel do Gostoso/RN. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Natal: UFRN, 2014.

ARAÚJO, R.; GODOY, K. E. O turismo como fenômeno sociocultural: reflexões para além da atividade econômica. São Paulo: Anais da ANPTUR, 2016, n. d.

AZEVEDO, J. “Enraização” de propostas turísticas. In: RODRIGUES, A. B. (Org). Turismo e desenvolvimento local. São Paulo: Hucitec, 1997. p.147-163.

BARRETO, J. C. *et al.* Paisagem mercadoria: uma discussão sobre o consumo das paisagens urbanas. *Paisagem e Ambiente*, n. 22, p. 144, 4 dez. 2006.

BERTRAND, G. Paisagem e geografia física global. Esboço metodológico. *Raega - O Espaço Geográfico em Análise*, [S.l.], v. 8, dec. 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1997.

_____. Base Nacional Comum Curricular. Versão definitiva. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: Acesso em: 25 de fev. de 2022.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. As paisagens artificiais criadas pelo turismo. In: YÁZIGI, Eduardo (Org.). **Turismo e paisagem**. São Paulo: Contexto, 2002.

OLIVEIRA, J. P.. Paisagem, Turismo e Educação. In: Dóris Van de Mene Ruschmann; Carlos Alberto Tomelin, Sílvia Cabral. (Org.). Turismo, Ensino e: Práticas Interdisciplinares. 1ed. São Paulo: Editora Manole, 2013, v. 01, p. 191-200.

DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

FONSECA FILHO, A.S. Educação e Turismo: Reflexões para Elaboração de uma Educação Turística. Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo v. 1, n.1, p. 5-33, set. 2007.

_____. A Educação Turística no Âmbito da Educação Básica: um relato sobre as experiências das escolas estaduais de Ponta Grossa-PR. In: SEMINÁRIO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO, 7, 2010, São Paulo. Anais... São Paulo: Aleph, 2010.

FRATUCCI, A. C. Turismo e Território: Relações e Complexidades. *Caderno Virtual de Turismo*. [S.l.: s.n.], 17 nov. 2014b.

FREIRE, P. A mensagem de Paulo Freire: teoria e prática da libertação. Porto: Nova Crítica, 1977.

_____. Conscientização: teoria e prática da libertação – uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. 4. ed. São Paulo: Moraes, 1980.

_____. **Pedagogia da autonomia**, São Paulo – SP, Paz e Terra, 1996.

GODOY, K.E. Paisagem turistificada: os museus a serviço de um “paisagismo” cultural. Revista Museu. Edição comemorativa do Dia Internacional dos Museus: Museu e Paisagem Cultural. 2016.

_____.; LUNA, S. Os museus e as políticas de estetização das cidades: controvérsias entre a turistificação de espaços públicos e o papel social das instituições museológicas. ICOMOS - Simpósio Científico, 2018.

LEFEBVRE, H. **A produção do espaço**. Paris: Armand Colin, 1974.

LIPOVETSKY, G.; SERROY, J. **A estetização do mundo: viver na era do capitalismo artista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

MARUJO, N.; SANTOS, N. Turismo, turistas e paisagem. Revista Investigaciones Turísticas, v. 04, n. December, p. 35–48, 2012.

MOESCH, M. A produção do saber turístico. São Paulo: Contexto, 2002.

MONTEIRO, C. A. de F.. **Geossistemas: a história de uma procura**. 2ª ed. São Paulo: contexto, 2001.

NASCIMENTO, ÉRICA N. S. DO; VIEGAS, L. P. Turismo pedagógico: práxix, geografia e educação. Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros Seção Três Lagoas, v. 1, n. 32, p. 218-244, 24 dez. 2020

OURIQUES, H. Um breve panorama sobre o desenvolvimento do turismo na periferia do capitalismo. *Caderno Prudentino de Geografia*, n. 29, p. 55-67, 2007.

PAIVA, R. A. Sobre a relação turismo e urbanização. Pós. Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP, v. 20, n. 33, p. 126, 26 jun. 2013.

RODRIGUES, L. C. Turismo em espaços urbanos: processos de turistificação no Nordeste brasileiro e no Caribe Mexicano 1. *Revista Iberoamericana de Turismo - RITUR*, v. 5, p. 81–104, 2015.

RAYEL, R. Paisagens Turísticas: conexões ambientais e educacionais. *Caderno de Geografia*, v. 26, n. 47, p. 629, 20 set. 2016.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. **A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 2002.

_____. **Espaço e sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979.

_____. **Pensando o espaço do homem**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

VICENTE, A.T.. Sensibilização e Campanhas de conscientização turística: práticas interdisciplinares. In: Dóris Van de Mene Ruschmann; Carlos Alberto Tomelin, Sílvia Cabral. (Org.). *Turismo, Ensino e: Práticas Interdisciplinares*. 1ed. São Paulo: Editora Manole, 2013.

YÁZIGI, E.. Começando: o desmanche da paisagem. IN: Yázigi, Eduardo. **A alma do lugar. Turismo, planejamento e cotidiano**. São Paulo: Contexto, 2000.

SOBRE OS ORGANIZADORES

NILZO IVO LADWIG - Graduado em Geografia Bacharelado e Licenciatura pela Universidade Federal de Santa Maria (1992/1993), mestrado em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Santa Catarina (1998) e doutorado em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Santa Catarina (2006). Foi professor pesquisador do Programa de Pós Graduação em Ciências Ambientais da Universidade do Extremo Sul Catarinense. Tem experiência na área de Engenharia de Agrimensura e Geografia, com ênfase em Fotogrametria e Sensoriamento Remoto, Sistema de Informação Geográfica, Planejamento regional e urbano, atuando principalmente nos seguintes temas: desenvolvimento regional sustentável, cadastro técnico multifinalitário e planejamento sustentável em turismo.

JULIANA DEBIASI MENEGASSO - Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais Universidade do Extremo Sul Catarinense (PPGCA – UNESC). Mestre em Ciências Ambientais (2018) pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais – UNESC, especialista em Educação pela Fundação Educacional Barriga Verde – Febave (2005), licenciada em Geografia pela - UNESC (2004). Atualmente, é professora de Geografia na rede pública estadual de Santa Catarina, na Escola de Educação Básica Costa Carneiro e bolsista no Laboratório de Planejamento e Gestão Territorial (LabPGT) da UNESC e membro do Plano Municipal da Mata Atlântica (PMMA) em Orleans - SC. Tem experiência na área de Ciências Ambientais, Ecoturismo e Análise de Risco. Vem atuando com a temática de Áreas Protegidas, com destaque para as Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs).



